

III Seminário Regional Sobre Gestão de Recursos Hídricos água, vida e tecnologias



IV Fórum do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamago

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

22 a 25 de outubro de 2012

Armação dos Búzios, RJ

RESUMOS

INSTRUMENTOS ECONÔMICOS APLICADOS À GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS: MODELOS PARA PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS DO BRASIL À REGIÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MACAÉ/RJ

Juliana Nunes Cristo Torres*
Maria Inês Paes Ferreira**

INTRODUÇÃO

Conflitos derivados dos múltiplos usos e interesses inerentes à gestão descentralizada e participativa das águas podem ser mediados por meio da implementação dos instrumentos de gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos. O Plano de Bacia, além de definir, por meio de um processo denominado enquadramento, a qualidade de água desejável pela sociedade, em função dos usos preponderantes (atuais e/ou pretendidos), também tem como objetivo estabelecer programas que promovam a conservação das águas da bacia, a qual está intrinsecamente relacionada à conservação da biodiversidade. No caso da Bacia Hidrográfica do Rio Macaé, nas áreas de elevada fragilidade ambiental, como as nascentes, protegidas por Unidades de Conservação de Uso Sustentável (APAs), propõe-se a adoção do instrumento econômico “pagamento por serviços ambientais” (PSA), que oferece ao pequeno produtor rural uma fonte de renda para a produção/fornecimento de água, como remuneração pela provisão desse serviço.

METODOLOGIA

Foram comparados os estudos acerca de Programas para o Pagamento de PSA no Brasil e no mundo, de forma a permitir a proposição de uma proposta base para a

* CONSÓRCIO MACAÉ OSTRAS; Tecnóloga em Saneamento Ambiental; INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE/Campus Macaé – NUPERN – Mestranda em Engenharia Ambiental
** INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE/Campus Macaé – NUPERN - Profª. Dra. em Ciência e Tecnologia de Polímeros
E-mail para correspondência: jnunescristo@yahoo.com.br



III Seminário Regional Sobre Gestão de Recursos Hídricos água, vida e tecnologias



IV Fórum do Observatório Ambiental

Alberto Ribeiro Lamego

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

22 a 25 de outubro de 2012

Armação dos Búzios, RJ

RESUMOS

implantação de um programa de PSA na região da APA do Macaé de Cima, que protege as águas e a biodiversidade de parte expressiva do alto curso da Bacia Hidrográfica do Rio Macaé. Com o apoio da Agência Nacional de Águas - ANA, do CBH Macaé e das Ostras e do Conselho da APA do Macaé de Cima, foram realizadas quatro oficinas de PSA nas comunidades do alto curso da bacia, de forma a prospectar a disposição de pequenos agricultores familiares a aderir voluntariamente a um programa do tipo. Adicionalmente, empregou-se a observação participante para acompanhar as reuniões plenárias do CBH Macaé e das Ostras e as de construção do Plano de Bacia da Região Hidrográfica VIII do Estado do Rio de Janeiro, cujas atividades foram iniciadas ainda em 2011, com a assinatura de convênio entre a PETROBRAS e o INEA. O documento auxiliará no delineamento das diversas questões ligadas aos recursos hídricos, inclusive com enfoque para o instrumento enquadramento e para a implantação de Programas de PSA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As Oficinas do Programa Produtores de Água realizadas nas localidades de Lumiar, São Pedro da Serra e Macaé de Cima (alto da bacia do rio Macaé) contaram com a participação de 150 produtores e representações locais, tendo sido prospectadas, pelo menos, 04 intenções de adesão voluntária, no caso da implantação de Programas de PSA de remuneração combinada (serviços de conservação das águas e da biodiversidade na APA do Macaé de Cima). Tais programas seriam integrados a Programas de "Boas Práticas", os quais foram aprovados em Plenária do CBH Macaé e das Ostras, realizadas após as Oficinas supracitadas, para serem contemplados com recursos do Fundo de Recursos Hídricos da RH-VIII, estando em estudo a regulamentação de um Fundo de PSA e um Fundo de Boas Práticas por parte das Câmaras Técnicas do Comitê. Durante a Oficina de Imersão do Plano de Recursos Hídricos ocorrida nos dias 30/06/12 e 01/07/12, foi apontada a necessidade de priorizar o enquadramento dos corpos hídricos da RH-VIII, de forma a que se possa



III Seminário Regional Sobre Gestão de Recursos Hídricos água, vida e tecnologias



IV Fórum do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

22 a 25 de outubro de 2012

Armação dos Búzios, RJ

RESUMOS

priorizar a aplicação dos recursos captados via cobrança pelo uso da água.

CONCLUSÃO

O desenho de um Fundo para PSA que seja robusto o suficiente para manter-se atrativo à adesão voluntária dos proprietários da região do alto curso da Bacia do Macaé deve aliar o aporte de grandes usuários do baixo curso da bacia, com extensivo consumo de água, aos recursos públicos do FUNDRHI e da ANA, proposta essa que reforça o caráter da condicionalidade da prestação do serviço ambiental à remuneração advinda do Programa PSA. Considera-se que o diagnóstico socioambiental detalhado da área, que será desenvolvido pelo Programa Produtores de Águas da ANA, na região do alto curso da bacia é de grande importância para identificar não só todas as possibilidades de adesões voluntárias ao programa, mas principalmente os custos de oportunidade e os valores de existência associados à remuneração a ser oferecida aos beneficiários potenciais. Os desafios da indicação de metodologias desse instrumento econômico pode ser superado à luz de ações identificadas como bem sucedidas em experiências similares conduzidas em diversos países, e já aplicadas à realidade brasileira, notadamente aos biomas florestais, transpostas para a realidade da região em estudo.

Instituição de Fomento: Instituto Federal Fluminense.

Palavras-chaves: gestão de recursos hídricos, pagamento por serviços ambientais, APA Macaé de Cima.

